

Nºs 75/76

FEVEREIRO
ABRIL
1993

**BOLETIM
INFORMATIVO
DA ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA DOS
RECURSOS HÍDRICOS**

SUPLEMENTO

– Síntese do Conteúdo da Dissertação de Mestrado
sobre
"INTERVENÇÃO MUNICIPAL PARA UMA
GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS
HÍDRICOS"

Por: Maria Susana Neto

(INVESTIGAÇÃO EM RECURSOS
HÍDRICOS)

APRH

NESTE NÚMERO

As opiniões emitidas nos artigos assinados nesta publicação são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. O editor solicita que lhe seja informada qualquer transcrição, referência ou apreciação das diferentes rúbricas do BI.

ESPAÇO EUROPEU

- Programa Life 3
- Águas da Costa Europeia: Melhoria na Qualidade 3
- Parlamento Europeu propõe Medidas contra Derrames de Petróleo no Mar 3
- Circulação de Resíduos 4
- Orçamento Comunitário para 1993 5
- Programa Eurêka - ISMAP 5
- Capital Humano e Mobilidade. Um espaço Europeu para Investigadores 6
- Projecto BIOREP 7
- CYTED 7
- Programa Stride 8
- Europa - Ambiente 8

INTERNACIONAL

- "Office International de l'Eau" 11
- EUA - Recomendação para a Qualidade da Água 12
- Conselho da Terra 13
- Os Preços da Água no Mundo (em 1991) 17
- Palop 17

NOTÍCIAS E FACTOS

- Instituto Nacional do Ambiente 24
- Até ao ano 2000 Portugal vai reduzir a Poluição 24

- Gestão da Água em Portugal 24
- Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente ADA's Confederadas 25
- Plano Hidrológico Espanhol 26
- Orçamento do MARN 26

TALVEZ NÃO SAIBA QUE 29

INVESTIGAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

- Síntese do conteúdo da Dissertação de Mestrado sobre: "Intervenção Municipal para uma Gestão integrada dos Recursos Hídricos" 32

BOLETIM INFORMATIVO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DA APRH
endereço:

Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos
a/c LNEC, Av. do Brasil, 101
1799 LISBOA CODEX
Tel: 848 21 31 ext.: 2428

Distribuição gratuita aos Associados

ESPAÇO EUROPEU

PROGRAMA LIFE

terminou em 31 de Março, a recepção de projectos candidatos a este programa.

Até Setembro serão publicados no J. O. os resultados deste concurso.

Relativamente às prioridades do Life para 1994, pretendeu-se que ele se enquadrasse no 5º Programa Ambiente *versus* Agricultura, Energia, Transportes, Turismo e Indústria. Assim, os projectos para 1994 deveriam abranger a Natureza, o Meio Rural e o Meio Urbano.

Para auxílio da Comissão no ano de 1992, foi aberto concurso a consultores do LIFE. Neste momento só a Itália, França, Reino Unido e Irlanda dispõem de consultores, devido fundamentalmente a dificuldades financeiras. No entanto, está prevista a abertura de novo concurso, por forma a que em 1994 todos os E. M. estejam cobertos por Redes de Consultores.

(Fonte: Telex 12 - Comissão das Comunidades Europeias)

ÁGUAS DA COSTA EUROPEIA: MELHORIA NA QUALIDADE

Apesar de ainda não se encontrarem totalmente limpas, é notória a melhor qualidade das águas da costa europeia: em 1991, 87% das águas costeiras passaram o exame biológico e foram declaradas em conformidade com os parâmetros exigidos. Campeã de todas as categorias, a verde Irlanda regista mesmo uma taxa de 97%, seguida de muito próximo pela Dinamarca. Para aqueles que temem o frio, precisamos que Portugal ostenta igualmente um bom resultado (89%) e que a Grécia e a Itália também têm numerosas zonas conformes (84%).

Com um resultado modesto de 75%, a Bélgica deixa um pouco a desejar e a França e a Espanha são os países menos aplicados, respectivamente com 69 e 68% de águas em conformidade com a legislação europeia. Em último lugar vem a Alemanha com 64%. É contudo necessário atender ao impacte das condições meteorológicas. O Verão de 1991 foi particularmente quente e seco, facto que impediu a renovação da água, sendo certas zonas mais afectadas do que outras.

Os lagos e rios foram particularmente afectados, o que explica que apenas 70% das águas interiores identificadas na Comunidade respeitem os valores de referência. É sobretudo nos rios que se encontram as situações mais críticas, principalmente devido aos fracos débitos dos períodos estivais e das evacuações urbanas e industriais.

O nono relatório comunitário sobre as águas balneares da Comunidade permite no entanto retirar uma nota de optimismo prudente, tanto mais que incide sobre um elevado número de zonas (mais de 13 000) e utiliza pela primeira vez critérios comuns que permitem a comparação dos dados. É sobretudo evidente que os Estados-membros têm vindo desde há vários anos a efectuar esforços consideráveis para intensificar a fiscalização das águas balneares, tendo aumentado o número de zonas vigiadas e a frequência da amostragem.

PARLAMENTO EUROPEU PROPÕE MEDIDAS CONTRA DERRAMES DE PETRÓLEO NO MAR

As descargas acidentais de petróleo no mar ocupam as primeiras páginas dos jornais e são notícia de abertura das televisões. Fala-se então de "marés negras" e mostram-se imagens de paisagens devastadas e de pássaros atingidos. Infelizmente, no entanto, a poluição dos mares por produtos petrolíferos é permanente e, sobretudo, as suas

origens não são sempre aquelas que imaginamos. Segundo o relatório adoptado pelo Parlamento Europeu, os acidentes apenas explicam 21% das descargas de produtos petrolíferos nos mares do planeta. Em 72% dos casos a causa da poluição deve ser procurada na limpeza das cisternas, poços e outros reservatórios. Da mesma forma, os petroleiros provocam apenas 15,2% das descargas, sendo os 84,8% restantes da responsabilidade de outros barcos. Não existem soluções simples para um problema desta dimensão. Numa resolução adoptada em simultâneo com o relatório, os eurodeputados sugeriram certas soluções a nível europeu dado que, por um lado, a água do mar não tem fronteiras e, por outro, as convenções internacionais de dimensão mundial mostram-se muitas vezes insuficientes e não são aplicadas. Assim, os eurodeputados solicitaram à Comissão Europeia que proponha um código de conduta, proibindo às companhias petrolíferas a limpeza das cubas dos navios no mar. O Parlamento Europeu estima também que deveria aumentar-se o número das instalações de limpeza dessas cubas nos portos, de forma a evitar prejuízos para o ambiente marítimo. O Parlamento preconiza também a criação de um sistema de fiscalização aérea das costas da Comunidade Europeia para detectar os navios poluidores, para que sejam estes a suportar os encargos e, sobretudo, para que não tenham vontade de recomeçar depois de terem sido apanhados em flagrante delito. Seriam por outro lado necessárias, na opinião do Parlamento, multas muito mais elevadas do que as impostas actualmente. Mas as multas continuam a ser da competência de cada um dos países... Os eurodeputados reclamam ainda normas europeias para a construção de barcos destinados a efectuar o transporte de substâncias perigosas e a proibição da navegação de petroleiros nas zonas perigosas. O Parlamento preconiza ainda a instalação de uma quilha dupla e de um fundo duplo nos petroleiros. As ideias, como se vê, não faltam...

CIRCULAÇÃO DE RESÍDUOS

Não haverá liberdade para a circulação dos resíduos na Europa sem fronteiras.

A livre circulação dos produtos, um dos pilares do grande mercado sem fronteiras, não se aplicará aos resíduos. Para reduzir os riscos impostos ao ambiente por um tipo de produtos diferentes dos outros, os

ministros dos Doze decidiram, em 20 de Outubro de 1992, aplicar-lhes um regime especial. Os princípios deste são: reciclar em vez de destruir e, se for necessário eliminar, fazê-lo o mais perto possível do local de "produção". Cada um dos Doze poderá proibir a entrada aos resíduos destinados a serem eliminados em proveniência de outros países da Comunidade. No caso de resíduos destinados a serem reciclados, será necessário o acordo das autoridades nacionais interessadas e um contrato entre o expedidor e o destinatário. Será proibida a importação e a exportação de resíduos para países terceiros. Este regime poderá ainda ser adoptado de forma definitiva sob a forma de "lei".

Os Doze acordaram igualmente que os resíduos perigosos não poderão circular livremente - o que é uma vitória do ambiente sobre a livre circulação.

Foram estes os termos utilizados para qualificar o acordo "histórico" obtido entre os ministros do Ambiente dos Doze em 20 de Outubro de 1992. Com efeito, os Doze deram luz verde a um regulamento que prevê que um Estado-membro possa fechar as suas fronteiras aos resíduos em proveniência dos outros Estados-membros, decisão que pode parecer surpreendente a algumas semanas do grande mercado. Este futuro regulamento parte da hipótese de que os resíduos não são um produto idêntico aos outros. Existe uma importante diferença entre o transporte de máquinas de costura e o de resíduos poluentes ou perigosos. O regulamento visa pois permitir que os Estados-membros introduzam, em relação aos resíduos, uma derrogação a um dos princípios fundamentais da Comunidade Europeia, isto é, o da livre circulação dos produtos. Os Estados-membros não poderão todavia proibir todo e qualquer produto de forma indiscriminada. Embora o princípio de base do regulamento seja a proibição da circulação de resíduos entre Estados-membros, são previstas várias excepções relativas a casos particulares. Os pequenos países, por exemplo, nem sempre possuem instalações de tratamento dos resíduos perigosos que produzem ou a reduzida quantidade de resíduos desse tipo não justifica a criação de novas instalações. Nesses casos, o país vizinho, caso disponha de instalações adequadas, não lhes poderá fechar as suas fronteiras. Da mesma forma, os transportes entre dois Estados-membros devem ser autorizados sempre que o país de origem não seja capaz de eliminar os resíduos que produz através de métodos respeitadores do ambiente. Um ponto sobre o qual o regulamento não transige é o da exportação para países terceiros de resíduos destinados a serem eliminados. É neste domínio que

se constatarem os maiores abusos e atentados ao ambiente. As exportações apenas são autorizadas para os países da EFTA que tenham assinado a Convenção de Basileia, a qual estabelece regras bastante rígidas para a transferência de resíduos. Para além disso, o Estado-membro que exporta os resíduos deverá ter todas as garantias que eles serão transportados, armazenados e tratados dentro do respeito do ambiente. Impossível, pois, exportar resíduos para os países do terceiro mundo que não possuem as infra-estruturas necessárias e onde poderiam provocar verdadeiras catástrofes ecológicas.

ORÇAMENTO COMUNITÁRIO PARA 1993

Para que serve o dinheiro comunitário?

A transferência de competências prevista no Tratado de Roma para a Comunidade implica que esta disponha dos meios necessários à sua acção. A Comunidade deve, portanto, efectuar despesas em seu próprio nome, tanto para aplicar as disposições dos tratados comunitários (por exemplo, a política agrícola comum) como para financiar "despesas não obrigatórias" (como o financiamento da investigação ou a ajuda à ex-União Soviética). De um modo geral, as despesas não tendem a acrescentar-se às despesas nacionais, mas a substituir-se-lhes, quando uma acção comunitária se revela mais eficaz e menos onerosa que as acções nacionais levadas a cabo de modo descoordenado. No que se refere a 1993, estão previstos 69 058 milhões de ecus em dotações para autorizações, um volume global do orçamento próximo do proposto pela Comissão no seu anteprojecto de orçamento.

- A PAC - Com 34 052 milhões de ecus, o financiamento da política agrícola comum representa cerca de 50% das despesas comunitárias. No entanto, embora a proporção das despesas agrícolas diminua no orçamento, estas despesas continuam a aumentar em volume.
- Acções estruturais - Para este tipo de acções, está previsto um montante global de 22 178 milhões de ecus.
- 20 193 milhões de ecus irão para os fundos estruturais FEOGA - Orientação, Fundo Social Europeu e FEDER, o que permite atingir o objectivo da duplicação dos fundos estruturais entre 1989 e 1993;
- O Fundo de Coesão dispõe de um orçamento de 1 565 milhões de ecus. Este fundo, previsto pelo

Tratado de Maastricht, tem por objectivo financiar projectos nos quatro países menos prósperos (Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia), na condição de que estes apliquem um "programa de convergência" económica.

- Políticas internas - Às políticas internas serão consagradas 4 109 milhões de ecus. Com 2,55 mil milhões de ecus, a investigação é a rubrica mais importante. Seguem-se a educação/formação/profissional/juventude (270 milhões), as redes transeuropeias (209 milhões), a energia (202 milhões), o mercado interno (118 milhões) e o ambiente (100 milhões).
- Acções externas - A política externa da Comunidade receberá 4 110 milhões de ecus. Estas dotações destinam-se essencialmente à cooperação com os países da Europa Central e com os países independentes da ex-URSS (1,57 mil milhões de ecus), à ajuda alimentar (574 milhões), à cooperação com os países em vias de desenvolvimento (634 milhões) e com os países terceiros de bacia mediterrânica (408 milhões). Deve-se referir que a ajuda aos 69 países signatários da Convenção de Lomé (2,3 mil milhões de ecus em 1992) não está incluída no orçamento comunitário. Além disso, está inscrita no orçamento uma reserva de ajuda de emergência de 209 milhões de ecus.
- Despesas de funcionamento das instituições - 3,4 mil milhões de ecus são consagrados às despesas de funcionamento, ou seja, cerca de 5% do orçamento comunitário, quando, por exemplo, só o multilinguismo implica uma necessidade de gastos adicionais a que as administrações nacionais não estão sujeitas.

PROGRAMA EURÊKA - ISMAP *

Para resolver o problema das poluições ligadas à agricultura, a Europa dos Doze concebeu o programa em epígrafe, cujo grande mérito é igualmente de federar, pela 1ª vez, o conjunto dos "actores" a que diz respeito. Esperam-se resultados dentro dos próximos 4 (quatro) anos.

O período exclusivamente produtivista da PAC vive os seus últimos e belos dias... Ela obriga a olhar o aspecto negativo da questão. Só a França, por exemplo, 3º consumidor mundial de pesticidas, utiliza 100 000 toneladas/ano: desta utilização maciça de produtos fitossanitários e de práticas de sobre-utilização resulta a patente de gradação de qualidade das águas.

Este comportamento vai pois, ter que terminar e, durante as próximas décadas há que atender ao novo enquadramento regulamentar emitido de Bruxelas.

As agências de bacia e os distribuidores de água estão ao lado dos agricultores, e à França, coordenador do projecto, já se associaram os Italianos e Ingleses.

O objectivo é reagrupar e sintetizar os conhecimentos actuais e simultaneamente desenvolver instrumentos de detecção de medida essenciais à inventariação da poluição. A normalização, o automatismo, os métodos analíticos representam, com efeito, um ponto de passagem obrigatório para dar este passo. É necessário igualmente, compreender as origens das poluições, bem como a sua evolução antes da modelação das transferências identificadas. Trata-se, pois, de definir procedimentos de vigilância e de reconhecer os parâmetros ambientais representativos, avaliar os riscos e propor normas comuns, afim de valorizar as tecnologias de informação e de optimizar os processos de tratamento das águas contaminadas.

Este programa representa um custo de 20 milhões de ECU, para o período de 4 (quatro) anos.

CAPITAL HUMANO E MOBILIDADE UM ESPAÇO EUROPEU PARA INVESTIGADORES

O Programa "Capital Humano e Mobilidade" tem como objectivo central o aumento qualitativo e quantitativo dos recursos humanos disponíveis no domínio de I/D, de modo a formar uma comunidade científica genuinamente europeia.

Para a concretização dos grandes objectivos atrás enunciados, procedeu-se à estruturação do Programa em quatro actividades principais:

- 1 - Sistema comunitário de bolsas para formação de investigadores: a) bolsas agrupadas; b) bolsas individuais;
- 2 - Redes de investigação para a cooperação científica e técnica;
- 3 - Acesso às grandes instalações científicas e técnicas;
- 4 - Sistema comunitário de "euroconferências" de I&D.

As actividades relativas aos pontos 1b (bolsas individuais), 2 (redes) e 4 (euroconferências) estão abertas permanentemente.

Resultados da participação portuguesa

Conforme se verifica, Portugal apresentou 304 propostas, tendo sido aprovadas 71 (Ver quadro I). No quadro global europeu, as aprovações da participação portuguesa representavam 10 por cento (ver Quadro II).

QUADRO I
PROGRAMA CAPITAL HUMANO E MOBILIDADE
Participação Portuguesa (1992)

Actividades	Total candidaturas	Total aprovações	% aprov. nac.
Actividade 1:			
- bolsas individuais	12	5	41,6
- bolsas a institutos de acolhimento	32	9	28
Actividade 2:			
Redes	250	54	21,6
Actividade 3:			
Acesso a Grandes Instalações	1	1	100
Actividade 4:			
Euroconferências	9	2	22,2
TOTAL	304	71	23,3

QUADRO II - PROGRAMA CAPITAL HUMANO E MOBILIDADE
Candidaturas Aprovadas em 1992 (Quadro Comparativo)

Actividades	Total CE	Total Portugal	%
Actividade 1:			
- bolsas individuais	252	5	2
- bolsas a institutos de acolhimento	239	9	3,7
Actividade 2:			
Redes	80* 60**	54	38,5
Actividade 3:			
Acesso a G.I.	20*	1	5
Actividade 4:			
Euroconferências	59	2	3,4
TOTAL	710	71	10

* a financiar em 1992; ** a financiar em 1993

Graças a este programa baptizado "Capital humano e mobilidade", mais de 700 jovens investigadores altamente qualificados receberão bolsas destinadas a financiar o aprofundamento dos seus conhecimentos em conceituados institutos científicos de outros Estados-membros. O programa "Capital humano e mobilidade" é um pouco o programa Erasmus da investigação. Este, mais conhecido do grande público porque existe há mais tempo, permite anualmente a milhares de jovens estudantes aprenderem novas matérias em universidades de outros países da Comunidade graças a bolsas de

mobibilidade. "Capital humano e mobilidade" funciona exactamente com base no mesmo princípio, mas através da concessão de bolsas de mobilidade a jovens investigadores de nível pós-doutoramento. Este poderão assim passar dois anos num instituto de investigação doutro Estado-membro e obter uma sólida formação graças aos contactos estabelecidos com os melhores especialistas europeus. Os investigadores das regiões menos favorecidas poderão até receber um ano suplementar de bolsa para valorizarem a preciosa experiência obtida ao regressarem ao país ou região de origem. No quadro deste programa a Comissão a 7 de Agosto de 1992 deu luz verde à outorga de uma primeira série de bolsas: no ano de 1992, 252 investigadores individuais beneficiarão ainda de bolsas e 239 laboratórios ou equipas de investigação terão a possibilidade de acolher mais de 470 jovens investigadores. Com a segunda série de bolsas, atribuída no Outono de 1992, subiu a 700 o número total de investigadores que beneficiarão do programa. O programa "Capital humano e mobilidade" estende-se também a outros domínios, como a organização de conferências científicas ou a criação de redes de cooperação em matéria de investigação. Está assim prevista a organização de 59 séries de conferências referentes aos domínios cobertos pelo programa, isto é, as ciências exactas e naturais, as ciências sociais e humanas e as ciências económicas e de gestão ligadas ao melhoramento da competitividade económica europeia. Dado que o programa está também aberto aos países da EFTA e aos países da Europa central e oriental como os quais a Comunidade desenvolve acções de cooperação científica e técnica (Checoslováquia, Hungria, Polónia, Bulgária, Roménia, Albânia e países bálticos), a Comissão aceitou financiar os projectos de acolhimento de jovens cientistas desses países por 28 grandes institutos científicos da Comunidade. A Comissão afectou um total de 66,9 milhões de ecus às primeiras acções, tendo o orçamento para 1992 sido de 104 milhões de ecus. O programa dispõe ainda de 378 milhões de ecus em reserva para os anos de 1993 e de 1994. Iniciativa sem precedentes na Europa e sem nada verdadeiramente equivalente no resto do mundo, o programa "Capital humano e mobilidade" é um dos mais vastos programas com carácter transnacional de concessão de bolsas a jovens investigadores. Estima-se que no final deste ano o programa desenvolva mais de 1 000 institutos diferentes, ou seja, algo como 4 000 investigadores.

O programa visa pois, criar um espaço sem fronteiras para os investigadores europeus e aumentar a competitividade da Europa, sem esquecer as regiões

desfavorecidas. Além disso, a concessão de bolsas suplementares de um ano visa estimular os investigadores europeus a regressarem ao seu país de origem para nele aplicarem os conhecimentos que possuem.

Já Jean Monnet dizia que "...se tivesse de refazer a Europa, começaria pela cultura".

Projecto BIOREP

A JNICT, através do Serviço de Informação Científica e Técnica, foi designada Ponto de Convergência Nacional para o projecto BIOREP - Inventário Permanente de projectos de investigação em curso nos Doze Estados Membros da CE no campo da Biotecnologia.

Para o efeito está a ser desenvolvida uma base de dados de projectos nacionais nesta área, financiados pelo sector público. Esta informação será integrada na base comum BIOREP que é acessível em linha através do distribuidor oficial das Comunidades - ECHO.

Os principais objectivos da BIOREP são:

- identificar as tendências da investigação em Biotecnologia nos Estados Membros da CE;
- melhorar os contactos científicos entre investigadores;
- fornecer uma base para a coordenação e planeamento da investigação no campo da Biotecnologia a nível nacional.

Contactos: Fátima Ramos, JNICT
Av. D. Carlos I, 126 - 2º
1200 LISBOA
Tel.: (01) 397 90 21/7

CYTED

O Programa de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento - CYTED, lançado pelo Governo Espanhol, e que conta com a participação de Portugal, Espanha e 19 países da América Latina, tem como objectivo promover a cooperação entre os países participantes com vista à obtenção de resultados científicos e tecnológicos transferíveis

para os sistemas produtivos com impacto na qualidade de vida e no desenvolvimento económico da Região Iberoamericana.

Além deste objectivo de carácter geral, o CYTED fomenta também a integração regional através da consolidação de uma comunidade científica iberoamericana.

O CYTED proporciona o financiamento para que as redes temáticas desenvolvam actividade de capacitação, intercâmbio, mobilidade e interacção científica, proporcionando a transferência de conhecimentos e tecnologias entre as unidades associadas.

A segunda modalidade, os projectos de investigação, são semelhantes aos projectos de investigação que tradicionalmente se desenvolviam no Programa desde o seu início. Os seus objectivos são a obtenção de resultados científicos e tecnológicos de interesse comum, através da realização conjunta de actividade de I&D por parte dos grupos associados no projecto que se configuram como equipa internacional.

A terceira figura, "nascida" em 1990, são os projectos de inovação CYTED que têm como objectivo fomentar a cooperação empresarial no campo do desenvolvimento tecnológico e a inovação. A sua estrutura e procedimento baseiam-se na experiência europeia EUREKA, daí o nome adoptado de IBEROEKA. Os projectos de inovação são projectos desenhados e executados por empresas de, pelo menos, dois países diferentes, podendo também associar-se centros de investigação do sector público. Os projectos devem ter em vista a obtenção de um evidente progresso tecnológico: produto, procedimento ou serviço que seja competitivo no mercado.

Programa STRIDE

A Comissão Nacional do Programa STRIDE, no âmbito do Programa Comunitário STRIDE, abriu concurso para o Subprograma I, Internacionalização do Sistema Científico e Tecnológico para despesas associadas à preparação de propostas aos Programas Específicos do Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento da Comissão das Comunidades Europeias.

Serão consideradas elegíveis despesas de deslocação e aquisições de serviços, sendo comparticipadas a 100% as despesas até ao montante máximo de 500

contos por proposta.

São potenciais destinatários deste Programa as Instituições de Ensino Superior, Laboratórios do Estado e outros Organismos Públicos especialmente vocacionados para actividades de I&D, bem como instituições privadas sem fins lucrativos.

Candidaturas: Até 31 de Outubro de 1993

Informações:

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica JNICT

Av. D. Carlos I, 126 - 2

1200 LISBOA

Te.: (01) 397 90 21/7 - Fax: (01) 60 74 81

ou

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Av. D. Carlos I, 126 - 7^o

1200 LISBOA

Tel.: (01) 396 81 69 - Fax: 397 71 65

"5th European Community Contest for Young Scientists 1993"

Vai decorrer uma Feira de Ciência e um concurso para jovens cientistas, entre 28 e 29 de Setembro de 1993.

Contacto:

CCE - Comissão da Comunidade Europeia

200 Rue de la Loi, B

1049 Bruxelles, Belgique

Tel.: (32) 2-2955276 - Fax:(32) 2-2963307

EUROPA - AMBIENTE

DGXI Para a Qualidade de Vida
Direcção-Geral - Ambiente, Segurança Nuclear e
Protecção Civil:

Competências dos Serviços

(ver folheto na pag.10)

Papel da Comissão em matéria de protecção do ambiente:

A política europeia de protecção do ambiente é elaborada pela DGXI, a quatro níveis:

Legislativo

A Comissão tem o direito de iniciativa com base nos Tratados e em aplicação dos programas de acção em matéria de ambiente. O Conselho de Ministros aprova a legislação proposta pela Comissão, após parecer do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social. Foram aprovados desta forma mais de 200

textos legislativos em matéria de ambiente.

Investigação

Para fornecer uma base idêntica à aplicação e à elaboração da política do ambiente, a Comissão gere uma série de:

- contratos de investigação;
- acções directas (efectuadas pelo Centro Comum de Investigação de ISPRA);
- acções concertadas de investigação com objectivos idênticos ou análogos, efectuados nos Estados-membros ou em países terceiros.

Aplicação

A Comissão fiscaliza permanentemente a adopção pelos Estados-membros das leis, regulamentos e disposições administrativas necessárias para darem cumprimento aos instrumentos legislativos adoptados pelo Conselho e, caso necessário, desencadeia os processos de infracção previstos no artigo 169º do Tratado. As questões de infracção da regulamentação comunitária em matéria de ambiente são submetidas ao Tribunal de Justiça.

Incentivos Financeiros

A Comissão e outros organismos comunitários concedem uma série de auxílios financeiros sob a forma de subvenções ou de empréstimos para incentivar a realização dos objectivos da política comunitária do ambiente.

Comissário Responsável: Carlo Ripa di Meana

Director-Geral: Laurens Jan BRINKHORST

Direcção-Geral XI

300, rue de la Loi, B - 1049 Bruxelles

Tel.: 235 11 11 - Fax: 299 03 07

ERASMUS

• 1991/1992 – Um balanço positivo

No ano lectivo de 1991/92 cerca de 60 000 estudantes europeus tiveram, graças ao programa de intercâmbios Erasmus, a oportunidade de efectuar um período de estudos noutro país da Comunidade ou da EFTA e 3 600 professores universitários tiveram a oportunidade de leccionar em estabelecimentos de outros países europeus. Intercâmbios com esta dimensão permitiram dar um carácter sensivelmente mais europeu ao ensino superior nos 19 países participantes - os sete países da EFTA tendo participado pela primeira vez este ano no programa. Adoptado no início de Julho de 1992 pela Comissão, o relatório sobre as actividades do

programa Erasmus no ano lectivo 1991/92 sublinha aliás essa "europeização".

No ano lectivo em questão o programa Erasmus teve um orçamento total de 73,7 milhões de ecus, isto é, 22% superior ao do ano anterior. Esta soma permitiu financiar 1645 programas inter-universitários de cooperação, implicando cerca de 1200 estabelecimentos do ensino superior. Graças a esses programas, foram desenvolvidas actividades comuns entre universidades de vários países europeus, nomeadamente intercâmbios de estudantes e de professores e programas de estudos conjuntos.

A Comissão Europeia elevou de 84 para 120 o número de estabelecimentos incumbidos da criação de fórmulas destinadas a permitir o reconhecimento dos estudos efectuados noutro país europeu. Esta é aliás uma característica típica do programa Erasmus: o período de estudos "europeus" é considerado sistematicamente no diploma final concedido pela universidade de origem dos estudantes que beneficiam do programa.

Além disso, no ano findo o programa Erasmus alargou-se a vários tipos de estabelecimentos e de regiões que até agora haviam permanecido à margem do programa. Refira-se nomeadamente a Alemanha de leste, que participou pela primeira vez.

Mas apesar do êxito registado podem ainda ser realizados progressos, dado que, de acordo com um inquérito efectuado junto de 3 000 estudantes que participaram no programa, certos aspectos práticos - como o alojamento - deixam muito a desejar. Eis pois matéria para reflexão no próximo ano lectivo.

• 1992/93 - bolsas para 80 000 estudantes

No ano lectivo de 1992/1993 cerca de 80 000 estudantes da Comunidade vão poder estudar noutro país membro graças a uma bolsa financiada pela Comunidade no âmbito do programa comunitário Erasmus. O período de estudos efectuado fora do país de origem será tomado em consideração para a obtenção do diploma final. Cada estudante beneficiário estudará num dos 1 500 estabelecimentos do ensino superior que participa 2 135 programas de cooperação entre universidades aprovados pela Comissão Europeia em 4 de Maio de 1992. Graças a um outro programa, Língua, 6 700 estudantes de línguas poderão fazer um estágio noutro país da Comunidade. Para além disso, no mesmo ano lectivo, 5 700 professores terão a possibilidade de dar aulas noutro país membro. Por fim, naquilo que constitui uma estreia, alguns estudantes da Comunidade terão a oportunidade de receber uma bolsa para estudarem num dos países da Associação Europeia de Comércio Livre (Áustria, Finlândia, Islândia, Liechtenstein, Noruega, Suécia e Suíça) e vice-versa.

DIRECÇÃO A

SEGURANÇA NUCLEAR, INDÚSTRIA E AMBIENTE, PROTECÇÃO CIVIL (Edward BENETT)

1. Protecção contra as radiações (Hans ERISLAD)
 - Protecção contra os riscos das radiações ionizantes
 - Normas de base de segurança
 - Controlar do radionuclídeo no ambiente e nos produtos alimentares
 - Inspeção e verificação da eficácia das estruturas de controlo
 - Intervenção rápida de informações e assistência em caso de acidente nuclear
 - Medidas de prevenção no domínio médico e das radiações naturais
 - Informações técnicas e formação em matéria de protecção contra as radiações
2. Segurança dos produtos, das instalações industriais e das biotecnologias (Gottfried DEL BINO)
 - Controlar dos produtos e avaliar o risco para o homem e o ambiente
 - Produto ecológico
 - Prevenção dos riscos industriais
 - Avaliação ambiental das actividades industriais
 - Avaliação dos riscos associados à biotecnologia e respectivo controlo
 - Protecção dos armamentos de laboratório
3. Emissões das instalações industriais e produtos (Peter STIEF-TAUCH)
 - Controlar das emissões - Coordenação de aspectos ligados às chuvas ácidas
 - Estabelecimento das normas de equipamentos de tratamento e de utilização de combustíveis
 - Estabelecimento das normas de emissão (3ª opção)
4. Gestão dos resíduos (Eusebio MURILLO)
 - Tecnologias novas para a prevenção do problema de resíduos
 - Reciclagem e reutilização
 - Tratamento e eliminação inofensiva dos resíduos
 - Protecção dos solos contra a poluição pelos resíduos
 - Planos regionais para a gestão dos resíduos
 - Criação de instrumentos para a melhoria do gestão dos resíduos
5. Protecção civil (Alessandro BARRISCH)
 - Assistência mútua em caso de catástrofes naturais
 - Planos de urgência e medidas relativas às infra-estruturas
 - Medidas preventivas de protecção da população
 - Protecção do mar contra as derrames acidentais

DIRECÇÃO-GERAL

(Laurens Jan BRINKHORST)

Conselheiro : Robert HULL
Coordenação política e questões gerais

- | | | |
|--|---|---|
| <p>Assistente
(Jacqueline COEFARD)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação e secretariado da Direcção-Geral Pessoal • Informática • Documentação • Biblioteca • Correio • Arquivos | <p>Relações com as instituições</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agência Europeia do Ambiente (Reinhold LAMBERT) • Relações com o Conselho de Ministros, o Parlamento Europeu, o Comité Económico e Social • Relações com a Agência Europeia do Ambiente e acompanhamento dos seus trabalhos (1) <p>(1) recepção e envio da agência</p> | <p>Finanças e contratos
Liam Julius GROENENDAAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e execução do orçamento da Direcção-Geral |
|--|---|---|
- "Task Force"**
Agência Europeia para o Ambiente (Philippe BOURDEAU)
- Preparação da criação da agência e a sua rede de informação

DIRECÇÃO B

QUALIDADE DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS (Jürgen HENNINGSEN)

1. Protecção das águas - Zonas costeiras - Ambiente e turismo (Madalita MANDU)
 - Controlar das fontes de poluição e da qualidade das águas (com excepção das emissões das instalações industriais)
 - Convenções internacionais no domínio das águas doces e do mar
 - Gestão das zonas costeiras
 - Integração turismo/ambiente
2. Protecção da natureza e conservação do solo (Claus STUFFMANN)
 - Protecção das espécies ameaçadas, dos seus habitats e do espaço natural
 - Conservação dos solos
 - Avaliação dos impactos sobre o ambiente
 - Integração ambiente/agricultura
3. Ambiente urbano: qualidade atmosférica, transportes, ruído (Prudencio FERREIA)
 - Política urbana
 - Qualidade atmosférica, emissões dos veículos, composição dos combustíveis
 - Harmonização das medidas nacionais de luta contra o ruído
4. Problemas mundiais do ambiente: alterações climáticas, geografia, biosfera (Guy CORCELLE)
 - Problemas ligados ao efeito de estufa, às florestas tropicais e à camada de ozono
 - Zona antártica
 - Integração energia/ambiente

DIRECÇÃO C

INSTRUMENTOS NO DOMÍNIO DO AMBIENTE, ASSUNTOS INTERNACIONAIS (Ranieri di CARPEGNA)

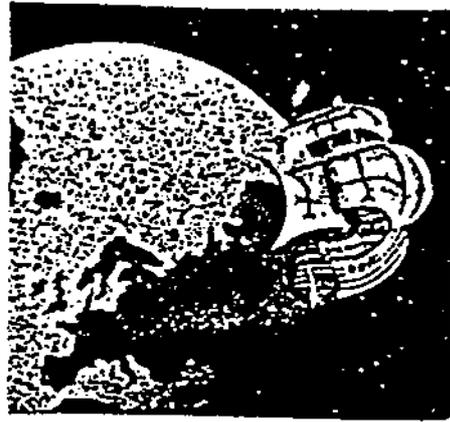
Conselheiro para a Investigação
(Pierre BONNET)
Coordenação das actividades relativas à investigação e ao desenvolvimento tecnológico

Conselheiro para o Programa "Phase"
(Joannes TER MAAR)

Integração do ambiente na assistência financeira aos países da Europa Central e Oriental

1. Assuntos internacionais (Margaret BRUSASCO)
 - Cooperação com as organizações internacionais
 - Negociação e aplicação das convenções internacionais
 - Relações bilaterais com os países terceiros
2. Gestão e coordenação dos instrumentos financeiros, programação a médio prazo (Claude PEINEVALU)
 - Aplicação dos instrumentos financeiros da política do ambiente
 - Integração do ambiente no desenvolvimento regional
 - Estratégia a médio e longo prazos
3. Aspectos económicos (Gunter SCHNEIDER)
 - Integração dos aspectos económicos na política do ambiente, nomeadamente através do desenvolvimento dos instrumentos económicos e fiscais
 - Integração do ambiente nos outros aspectos económicos
 - Relações com o Serviço de Estatística
4. Comunicação e formação (Hans JANKOWSKA)
 - Desenvolvimento da informação, da educação e do formação enquanto meios para atingir os objectivos da política para o ambiente
 - Relações com as autoridades regionais e as associações não governamentais
 - Acções de informação e de sensibilização sobre a política comunitária para o ambiente
 - Centro de documentação

I N T E R N



A C I O N A L

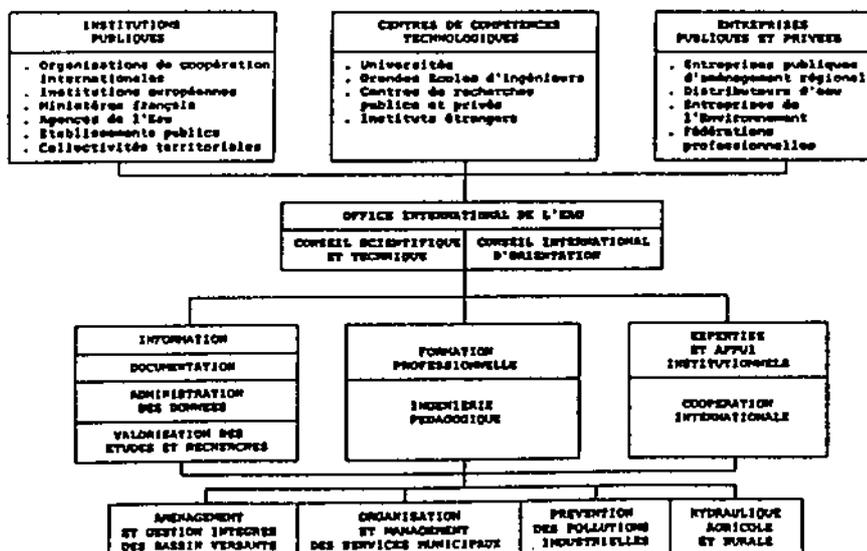
“OFFICE INTERNATIONAL DE L’EAU”

Por iniciativa dos ministérios franceses do Ambiente, da Agricultura, dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação, da Indústria e da Saúde, a Associação Francesa para o Estudo das Águas (A.F.E.E), o Centro de Formação Internacional para a Gestão dos Recursos Hídricos (CEFIGRE) e o Instituto da Água, decidiram por unanimidade efectuar a fusão dos seus meios para criar o “Office International de l’Eau”, o qual viria a ser uma realidade em Setembro de 1991.

Do organigrama abaixo, fazemos ressaltar a vocação internacional desta instituição que, neste âmbito, tem por papel intervir:

- em França, para prestar apoio de interesse colectivo a todos os organismos públicos e privados;
- na cena transeuropeia, com finalidade de:
 - desenvolver, no seio da CE, permutas e serviços comuns para melhorar, por meio de uma abordagem mais integrada entre os diferentes utilizadores, a gestão dos recursos hídricos, a qualidade ecológica dos meios aquáticos, o tratamento das águas residuais e a prevenção das poluições difusas;
 - participar no esforço comum de apoio aos países da Europa Central e Oriental, que se confrontam com problemas cruciais de gestão de recursos em água, de saneamento e de ecologia;
 - privilegiar a cooperação internacional com os países em desenvolvimento.

OFFICE INTERNATIONAL DE L’EAU



A Direcção de Cooperação Internacional é herdeira do "Centre de Formation International à la Gestion des Ressources en Eau" - (CEFIGRE).

Este foi criado em 1976 por iniciativa do Governo Francês com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Ambiente; a sua missão foi confirmada em 1977 aquando da Conferência Mundial da Água de Mar del Plata. A DGI - CEFIGRE é um instrumento de desenvolvimento de recursos humanos, posto ao serviço dos países que desejem a sua intervenção para assegurar a gestão racional do seu património "água". A sua missão específica no seio da organização é múltipla; ela é simultaneamente:

- de promover e desenvolver a formação a todos os níveis e em todos os domínios institucionais, técnicos, económicos, documentais,...
- de sensibilizar os responsáveis e técnicos;
- de estimular as trocas de experiências e a reflexão;
- de difundir a documentação e as referências sobre as abordagens e tecnologias inovadoras;
- de reforçar as capacidades especializadas e de avaliação na organização institucional, na estruturação dos serviços e na gestão dos recursos humanos locais.

Para além deste contexto internacional as seis missões prioritárias de que o "Office International de l'Eau" se encarrega são:

- 1 - Difusão de informação geral, especializada e institucional no conjunto dos domínios respeitantes à água;
- 2 - Disponibilização e análise de documentação científica, técnica, económica e institucional completa;
- 3 - Formação profissional no domínio da água e das actividades ambientais conexas;
- 4 - Gestão de bases de dados permitindo a observação da qualidade dos meios aquáticos e recursos em água, no enquadramento da rede do Instituto Francês do Ambiente;
- 5 - Dinamização de programas de estudo e experimentação;
- 6 - Exame e avaliação dos cinco domínios acima anunciados.

Os interessados deverão contactar:

"Office International de l'Eau"
Direction Générale
21, rue de Madrid / 75008 Paris
Tel: 45.22.14.67

ou

"Office International de l'Eau"
Direction de la Coopération Internationale
CEFIGRE
BP 75
06902 SOPHIA ANTIPOLIS CEDEX
Tel: 92.94.58.00
Telex: 461 311 F
Fax: 93.65.44.02

EUA - Recomendação para a Qualidade da Água

No debar do século XXI, os EUA interrogam-se sobre o futuro do recurso ÁGUA e o "Clean Water Act" iniciou uma grande campanha de sensibilização junto dos americanos no sentido de a proteger e melhor gerir. A reflexão conjunta aconselhada pelo CWA baptizada de "Water Quality 2000", levou a elaborar já um relatório preliminar. "Challenge for the Future", é o título dado a este documento e que concretiza o trabalho de 150 peritos em água e tem o mérito de abordar todos os temas em torno da matéria: qualidade da água – águas subterrâneas, água potável e aspectos ecológicos.

Os grupos de trabalho reunidos no seio do "WQ 2000" identificaram os sete principais obstáculos à obtenção de uma água de qualidade:

- uma política da água pouco ambiciosa nos seus objectivos, que não toma em consideração a comunicação;
- os conflitos entre organismos;
- os obstáculos que constituem as leis e regulamentos;
- a insuficiência dos financiamentos;
- a não-qualificação do pessoal e a falta de interesse que esta questão levanta;
- uma I/D limitada;
- o desinteresse do grande público.

Quer comparar?!...

- Nos E.U.A. uma centena de recomendações foi já redigida para que a "Qualidade da Água 2000", desenvolva desde já as suas actuações;
- Tais recomendações dizem respeito à necessidade de promoção da protecção e gestão do recurso; à prevenção e antecipação dos problemas; ao desenvolvimento de acções de encorajamento para obtenção dum maior sentido de partilha de responsabilidades da parte de todos: Administração, Governo e Sociedade Civil;
- A próxima etapa – a realização de um calendário de planos e programas – será brevemente lançada;
- Cada participante tem assim a possibilidade de dar uma nova dimensão, a da aplicação ao terreno, desta longa reflexão que interessa directamente a milhões de americanos.

E nós, que fazemos? Nada?! Somos só os 10 milhões.



Conselho da Terra

Criado um comité organizador, cujo secretariado sediará em San José - Costa Rica, cujos objectivos são o de que o Conselho se converta numa voz forte e independente, que responda e facilite o seguimento e o cumprimento dos compromissos e acordos assumidos na Cimeira da Terra, em Junho de 1992, no Rio de Janeiro.

Se bem que a Cimeira trouxe consigo acordos sobre os princípios que guiarão a comunidade mundial a caminho de um futuro mais sustentável e equitativo, os mecanismos para o cumprimento de tais decisões não foram ainda definidos.

Para determinar quais os mecanismos mais apropriados, a seguir, é imprescindível a participação de todos os elementos da sociedade, desde as ONG's até ao nível mais elevado do Governo, dos

organismos inter-governamentais e do sector privado, como também o acesso a uma informação objectiva e a oportunidades equitativas de interacção e diálogo.

O Conselho da Terra tem como finalidade contribuir para a resolução destas necessidades: promover uma consciência mundial e chegar a uma melhor compreensão e resolução dos maiores problemas actuais do nosso planeta; proporcionar apoio rigoroso e independente na sua continuidade; e também aspirar a ser um ponto central de recompilação, acompanhamento e disseminação de informação sobre os esforços mundiais para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Para atingir tais metas, o Conselho da Terra depende da cooperação das organizações nacionais e internacionais, para assim se poder edificar uma rede de organizações associadas e cooperantes. Trata-se, pois, de complementar e facilitar o trabalho dos organismos já existentes e contribuir para a multiplicação e ampliação dos seus próprios esforços.

Todas as entidades interessadas em participar neste Conselho, deverão preencher o questionário anexo e dirigi-lo ao Comité organizador que irá pôr em marcha o processo de consulta entre a comunidade de ONG's e outras entidades independentes do sector, em nome de:

Alicia Bárcena
Directora Ejecutiva del Comité
Organizador
Consejo de la Tierra
P.O.Box 323 - 1001
San José
Costa Rica
Tel: (506) 23 - 1001
Fax: (506) 55 - 2197

Comité Organizador

- Presidente – Maurice Strong (Canadá)
- Directora-Executiva – Alicia Bárcena (México)
- Secretário – Janos Pásztor (Hungria)

The Challenge

"Unless people everywhere concerned about deteriorating global environmental and development conditions insist on progress, the far-reaching accords and political commitments adopted by governments at the Earth Summit will not be implemented satisfactorily."

Maurice F. Strong
Chairman, Earth Council Organizing
Committee, Costa Rica

"The Earth Council should develop strong regional networks that would give a voice to the voiceless."

Kate Mhalanga
National Coordinator, Africa 2000,
Zimbabwe

"The Council expects that it (Earth Council) will act as an ombudsman for the poor and the dispossessed and for future generations, and will promote the realization of a world ethic of sustainable development and sustainable living."

James Gustave Speth
President, World Resources Institute,
U.S.A.

"A new world war has begun between human kind and nature. All of humanity has the duty and responsibility to preserve the environment, which is the same as preserving our own lives."

Lic. Rafael Angel Calderón Fournier
President of the Republic of Costa Rica

The Organizing Committee invites your comments about the proposed organizational structure and activities of the Earth Council:

The Earth Council Organizing Committee
P. O. Box 323-1001 San José, Costa Rica
Tel: (506) 23-3418 - Fax: (506) 55-2197
E-mail: abarcena@igc.apc.org
"earthcouncil" electronic conference on all APC
Networks

Printed by Impresión Comercial
San José, Costa Rica - November 1992
On 100% recycled paper



EARTH COUNCIL
Organizing Committee

CONSEJO DE LA TIERRA
Comité Organizador

CONSEIL DE LA TERRE
Comité d'organisation

CUESTIONARIO

El Consejo de la Tierra desea asegurarse de enviar información a un público numeroso a escala mundial. Para ello necesitamos organizar una buena lista de organismos e individuos para fines de envío. Deseamos conocer qué temas son de interés para cada organismo para detectar aquellos cuyo seguimiento se podría desarrollar conjuntamente con el Consejo de la Tierra. Le solicitamos atentamente dedique unos minutos a llenar este cuestionario y nos lo remita por fax, correo o correo electrónico.

Por favor, considere que el cuestionario se compone de dos partes: la primera se refiere a la organización en sí, y la segunda solicita recomendaciones más sustantivas sobre cómo se puede organizar el proceso de seguimiento desde una perspectiva independiente.

Primera Parte

Nombre de la Organización: _____

Persona Contacto/Cargo: _____

Apellido: _____ Nombres: _____

Dirección: _____

Ciudad: _____

Estado/Provincia: _____

Código Postal: _____

País: _____

Código de área: _____

Teléfono: _____

Telefax: _____

Correo Electrónico: _____

Telex: _____

Donante

Industria/Negocios

Académica/Investigación

Desarrollo Sostenible

Educación/Capacitación/Concientización pública

Otros

Idioma preferido en correspondencia internacional

Inglés

Francés

Español

Otros

Por favor marque las palabras clave aplicables a su organización:

Internacional

Comunicación social/Periodismo

Gubernamental

Medio Ambiente

Desarrollo

Social/Economía

Su organización

¿emplea computadora?

¿emplea modem?

¿emplea un CD-ROM Drive?

¿emplea correo electrónico?

¿usa sistemas de información "on-line"?

En ese caso, ¿cuáles? _____

...

Segunda Parte

1. ¿De los acuerdos de Río, cuáles son más importantes para su organización?

2. ¿Qué capítulos y porciones del programa de la Agenda 21 le interesaría seguir más de cerca a su organización?

3. ¿Qué experiencia tiene su organización en estos temas?
Podría usted enviarnos antecedentes al respecto?

4. ¿Cuenta su organización con un grupo de expertos que podríamos incluir en nuestro directorio?
En caso afirmativo, podrían ustedes pedirles que llenen copias del cuestionario, y que nos las envíen junto con copias de su C.V.?

5. ¿Podrían informarnos en qué sistemas de redes ONG's está participando su organización?

6. ¿Cuentan ustedes con un boletín informativo o alguna publicación periódica? Por favor, podrían incluirnos en su lista de suscriptores y/o envío.

7. ¿Tienen ustedes algunas sugerencias para mejorar los mecanismos existentes de intercambio de información?

8. ¿Podrían ustedes ofrecernos sugerencias sencillas y prácticas para amplificar y mejorar la participación de ONG's en el proceso de seguimiento de la Cumbre de la Tierra y mecanismos específicos a través de los cuales el Consejo de la Tierra pudiera complementar, facilitar y apoyar a su organización y a sus objetivos?

9. ¿Qué áreas prioritarias sugieren ustedes para un proceso de seguimiento?

10. ¿Cuáles son sus puntos de vista acerca de la estructura organizacional propuesta para el Consejo de la Tierra, sobre sus objetivos y actividades, y en qué temas podríamos colaborar?

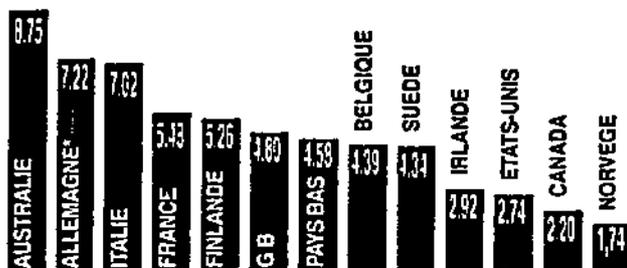
Esperamos con gran interés su contestación.



Comité Organizador del Consejo de la Tierra
Apartado Postal 323-1001, San José, Costa Rica
Tel. (506) 23 34 18; Fax: (506) 55 21 97
E-mail: abarcena@igc.apc.org
En todas las Redes APC "consejotierra" conferencias electrónicas

Os Preços da Água no Mundo (em 1991)

(preços médios, sem IVA, em FF/m³)



* o número diz respeito só aos preços na Alemanha Ocidental

Fonte: National Utility Service

PALOP

República de Moçambique

A República de Moçambique, reconhecendo a importância vital da problemática ambiental, ratificou já as convenções:

- Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais;
- Do Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Silvestres ameaçadas de extinção.

Além disso, Moçambique está igualmente já inscrito na União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

O Decreto Presidencial 2/92 de 3 de Junho, institucionaliza um órgão destinado à coordenação e tratamento de assuntos referentes ao meio ambiente, criando a Comissão Nacional do Meio Ambiente, que fica subordinada ao Conselho de Ministros, mas que dispõe de personalidade jurídica e autonomia administrativa, com sede em Maputo podendo, no entanto, abrir delegação ou centros regionais em qualquer parte do País.

Os objectivos fundamentais da CNMA são:

- a) Coordenar, estudar, promover e dinamizar actividades no domínio do meio ambiente;
- b) Promover a gestão, preservação e utilização racionais dos recursos naturais do país;
- c) Impulsionar e apoiar o esforço nacional de educação do público sobre o meio ambiente;
- d) Fomentar a interdisciplinaridade das estruturas planificadoras e executoras das acções de aproveitamento dos recursos naturais.

No mesmo Decreto é definido o Estatuto orgânico da Comissão Nacional do Meio Ambiente com as seguintes atribuições:

- a) Propor políticas, planos e regulamentos para a protecção e preservação do meio ambiente às estruturas competentes e acompanhar a sua implementação;
- b) Realizar estudos e sistematizar conhecimentos sobre o complexo dos ecossistemas nacionais e avaliar o impacto sobre eles das acções do desenvolvimento e pressões demográficas;
- c) Assegurar que sejam sempre estabelecidos os mecanismos de monitoração, avaliação e controlo sistemático do impacto ambiental dos empreendimentos sócio-económicos;
- d) Preparar materiais de educação pública sobre o meio ambiente;
- e) Coordenar o esforço nacional de preservação e conservação dos recursos naturais com as actividades dos organismos internacionais congéneres.

Além das funções da estrutura então criada, que será dirigida por um Presidente, coadjuvado de um Vice-Presidente, são igualmente criados:

- Uma Direcção Executiva;
- Um Departamento de Pesquisa, Planificação e Gestão Ambiental;
- Um Departamento de Educação Ambiental;
- Um Departamento de Administração e Finanças.

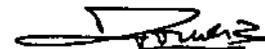
Na CNMA da República de Moçambique funcionarão igualmente os colectivos:

- Conselho de Direcção;
- Conselho Técnico;
- Grupo Consultivo permanente

dimensão, a organização do trabalho e a sua divulgação para o exterior de nós mesmos, é uma face importante da harmonia entre os cidadãos, os técnicos os investigadores enfim, ... os homens. Na sociedade há lugares diversos mas todos necessários e tal como numa casa, onde os compartimentos se harmonizam quando comunicam suavemente entre si, também aqui eles se completarão pela diversidade, versatilidade, utilidade e funcionalidade

As mudanças e a organização social, por vezes, impõe-nos regras. Aliás o homem é um ser estranho: "faz as leis, as regras, para se submeter depois a elas". Mas conhecem isto? Claro, isto é organização. Já se investigou num universo desorganizado? Haverá alguém que não se aperceba das mudanças da natureza, da terra, do universo? É esta mudança organizada, que esperamos ir adquirindo e conseguindo no BI e, esperando também que todos a compreendam, para que a sua gestão pareça decorrer com naturalidade emergindo da APRH, fazendo desta publicações uma publicação de profissionais para outros profissionais em Recursos Hídricos.

A responsável do BI
Maria Luisa Gouveia



Síntese do conteúdo da Dissertação de Mestrado sobre "INTERVENÇÃO MUNICIPAL PARA UMA GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS"

Maria Susana Neto
Curso de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano
Universidade Técnica de Lisboa, 1987

NOTA PRÉVIA

Esta síntese é relativa a uma Dissertação de Mestrado apresentada em Setembro de 1987, no Curso de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano da Universidade Técnica de Lisboa; apesar dos cinco anos decorridos, e do facto de o enquadramento jurídico e institucional se ter entretanto alterado, pode considerar-se que essas mudanças e, principalmente, os resultados obtidos, não atingiram globalmente os objectivos que se propunham, para uma gestão integrada dos recursos hídricos. Por outro lado, as alterações legislativas entretanto ocorridas, não se podem considerar completas ou definitivas, prevendo-se inclusivamente reformulações substanciais do seu conteúdo, num futuro próximo.

Assim, pelo carácter abrangente com que é feito o tratamento do tema, principalmente no que se refere à caracterização das várias dimensões presentes no estudo dos problemas da gestão da água, considerou-se oportuna a divulgação do conteúdo deste trabalho, que, pela sua natureza académica, pode fornecer uma sistematização de informações potencialmente úteis a todos os que trabalham nesta área, e em particular, aos responsáveis e técnicos da Administração Local.

1. ENQUADRAMENTO DO TRABALHO REALIZADO

No início deste trabalho, partiu-se da observação de determinados aspectos da realidade presente, relativos aos problemas de gestão da água a nível local e que se poderão sintetizar do seguinte modo:

A intervenção municipal no domínio dos problemas da água, foi, até à data, quase exclusivamente orientada para a construção de infraestruturas físicas a jusante da ocupação urbana.

Subsistem, por isso, dentro dos territórios municipais, outros problemas relacionados com o funcionamento dos sistemas hidrológicos que, dada a sua natureza, não podem ser solucionados apenas por aquela via; de entre esses problemas, podem destacar-se:

Escassez de água para abastecimento (devida a poluição de cursos de água, inquinação ou esgotamento de aquíferos, à diminuição dos volumes disponíveis à superfície, etc);

Inundações em zonas urbanas (devidas à ocupação indevida das margens, ao estrangulamento dos leitos das ribeiras, à impermeabilização generalizada das áreas disponíveis para infiltração das águas pluviais, ao incremento das velocidades de escoamento, etc);

Degradação ambiental das zonas ribeirinhas (devida às descargas de efluentes não tratados, à erosão das margens, à deposição de detritos nos leitos e margens, à ocupação urbana indevida, etc)..

As razões mais frequentemente apresentadas pelos responsáveis autárquicos locais, para as dificuldades de uma intervenção mais global, tendo em vista a resolução destes problemas, são, genericamente: a falta de capacidade e meios técnicos e financeiros; a falta de competências legais específicas; a falta de capacidade efectiva de fiscalização; a ausência de organismos competentes de âmbito regional, entre outros.

Por parte da Administração Central, reconhece-se a necessidade de uma coordenação global dos problemas de gestão dos recursos hídricos, presente nas recentes orientações neste domínio (legislação, criação de novos organismos). (1)

Por outro lado, a investigação mais recente no domínio da gestão dos recursos hídricos tem vindo a demonstrar a necessidade crescente de uma abordagem integrada dos problemas da água, tanto na sua dimensão interdisciplinar (abordagens concertadas pela hidrologia, ecologia, engenharia, economia, sociologia, etc), como na intervenção intersectorial por parte dos diferentes domínios da Administração Pública relacionados com este recurso e com os seus usos (indústria, agricultura, turismo, política de saúde, gestão de recursos naturais, política de ambiente, etc).

2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

É sabido que todas as actividades humanas carecem da utilização de água, em determinadas condições de quantidade e qualidade. Sendo a água um recurso natural renovável, a sua disponibilidade para as diferentes actividades pressupõe a existência de condições mínimas para a sua auto-regeneração. Como recurso 'transversal' ou como meio natural, a água está presente em todos os processos essenciais de reprodução da vida e desempenha um papel essencial no transporte dos elementos constituintes dos ciclos biogeoquímicos. Ora, os mecanismos de regeneração da água estão, relativamente às fases terrestres do ciclo hidrológico, estreitamente relacionados com o solo. Esta é uma primeira aproximação à premissa de que a gestão dos recursos hídricos não pode ser dissociada da gestão do solo, entendido este como entidade física.

É à Administração Local que compete licenciar, gerir e planear os usos do solo, entendido sobretudo como entidade espacial, dentro do território municipal. Logo, ao afectar o solo aos diferentes usos, os municípios estão, implicitamente, a interferir nas utilizações posteriores de água (decorrentes dos usos), e nas relações existentes entre o solo e os mecanismos do ciclo hidrológico.

Partindo desta formulação, a questão que se coloca, como eixo central do problema de investigação é:

Poderão os Municípios perspectivar a sua intervenção sobre os respectivos territórios, por forma a contribuírem para uma gestão integrada dos recursos hídricos ?

É reconhecido que os Municípios têm vindo a ocupar um papel privilegiado na dinamização e mobilização de energias locais (vontade e recursos), para a resolução de problemas específicos das suas comunidades. Existem também diversos exemplos de experiências inovadoras, por parte dos executivos locais, em diversos domínios. É por isso aceitável como primeira hipótese de partida, que a sua actuação se possa estender a outras áreas ainda pouco ensaiados, como é o caso da gestão da água, entendida como um recurso natural renovável que carece de certas condições para a manutenção da sua renovabilidade.

Por outro lado, sendo a água um recurso natural renovável, e sendo uma parte importante do seu ciclo associada ao solo, a gestão dos recursos hídricos, no que respeita à fase terrestre, não deverá ser dissociada da gestão do solo; um modelo de gestão integrada da água não poderá, assim, deixar de considerar a importância do nível da administração que detém, em geral, as competências de gestão do solo. A segunda hipótese de partida será, então, a de que os municípios devem ter uma posição de relevo, num modelo de gestão que vise a integração dos diferentes recursos naturais.

3. METODOLOGIA E RESUMO DO CONTEÚDO

Para analisar a questão central enunciada, e aceitando como hipóteses de partida as anteriormente descritas, o trabalho foi orientado no sentido de responder a grupos de questões que permitissem preencher, com informação sistematizada, o percurso a percorrer. Assim, procurou saber-se:

- a) Como se relacionam os diferentes usos do solo com as várias necessidades de água?
- b) Que repercussões têm os diferentes usos do solo sobre os mecanismos do ciclo hidrológico?
- c) Qual é a autonomia municipal, em termos institucionais, face à problemática da gestão dos recursos hídricos?
- d) Como pode a Administração Local contribuir explicitamente para uma gestão integrada dos recursos hídricos, em termos de uma metodologia de intervenção?

Os diversos Capítulos deste trabalho constituem o resultado da recolha e do tratamento das informações com que se procurou responder às questões enunciadas de modo sistemático, em termos conceptuais e metodológicos.

No início do primeiro Capítulo são discutidos alguns conceitos fundamentais a este trabalho como o de solo e de território, por exemplo; na segunda parte, fornecem-se informações quantificadas sobre as necessidades em água para as diversas actividades humanas localizadas sobre o território. Trata-se de uma descrição que embora não seja exaustiva, pretende fornecer o máximo possível de indicações sobre os consumos da água pelas diferentes actividades, referenciadas pela sua inserção em meio rural ou urbano. Procura-se, assim, responder à primeira questão formulada no enunciado do problema.

O segundo Capítulo ocupa-se da caracterização dos efeitos sobre o regime hidrológico, pelos diversos usos e transformações de uso dos solos, de forma a responder à segunda questão enunciada. O objectivo final deste Capítulo é o de delimitar e descrever as 'áreas-problema', nomeadamente em zonas urbanas, em relação às quais serão posteriormente analisadas as possibilidades de intervenção dos municípios.

O terceiro Capítulo contém uma discussão dos parâmetros que delimitam em termos institucionais, a autonomia da actuação da Administração Local. Realçam-se aspectos relacionados com os princípios de actuação da Administração em geral, quanto ao seu papel de representação e defesa dos interesses colectivos; faz-se também uma resenha breve da legislação mais importante em vigor, no capítulo da administração das águas. São analisados os principais diplomas que enquadram a actuação das Autarquias Locais e procuram-se contornos para as pistas a seguir, na perspectiva da autonomia existente (terceira questão anunciada na formulação do problema), e visando a gestão integrada dos recursos hídricos.

O quarto Capítulo consiste na construção de uma 'tipologia' de actuação dos responsáveis pelos Serviços Municipalizados, com base em informação empírica recolhida nalguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa (através de inquéritos directos aos responsáveis). Pretende-se dar uma ideia geral da forma como funcionam esses serviços, relativamente à 'Concepção do Sistema Hídrico', à 'Organização e Informação', à 'Autonomia', à 'Atitude Negocial' e às 'Acções Realizadas'.

Finalmente, no quinto Capítulo, identificam-se medidas de intervenção, às escalas municipal e sub-regional (associações de municípios), para cada uma das diferentes 'áreas-problema' identificadas anteriormente, e caracterizam-se estas medidas em função da sua natureza (estrutural, económica, conservativa, etc), respondendo-se, assim, à última questão formulada. Nesta caracterização tipológica das acções a desenvolver complementam-se as medidas preconizadas no âmbito de intervenção municipal com acções de apoio e coordenação, a desenvolver por entidades de âmbito supra-municipal (Comissões de Bacia, Associações Inter-Municipais, ou outras).

CONCLUSÕES

Em síntese, as conclusões que se puderam tirar deste trabalho, à data em que ele foi concluído, foram as seguintes:

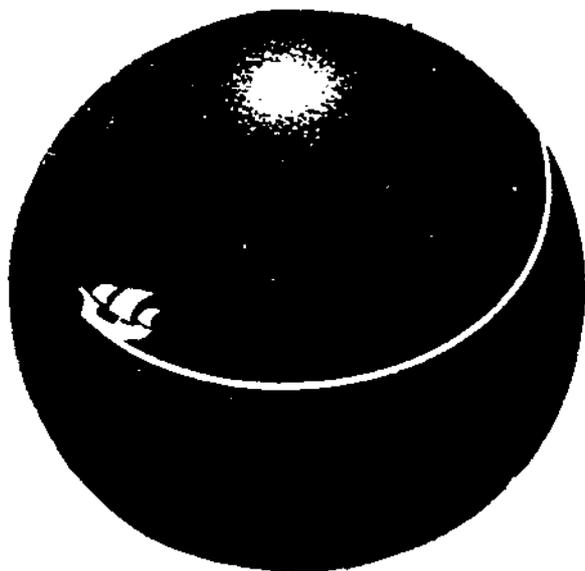
i) A componente local de uma gestão integrada da água é indissociável de uma adequada gestão dos usos do solo, no quadro de uma abordagem global, ou 'compreensiva', do território municipal.

ii) A intervenção municipal orientada para uma gestão integrada dos recursos hídricos é possível, à luz das actuais atribuições e competências das Autarquias Locais. (2)

iii) Embora a 'prática corrente' dos Municípios não seja predominantemente orientada para uma perspectiva integradora do solo e da água, essa orientação é possível e existem, inclusivamente, indícios de uma mudança qualitativa nesse sentido.

(1) - À data da realização deste trabalho, estava em estudo a reformulação de todo o sistema de Gestão da Água (1985/1986);

(2) - De acordo com a Legislação em vigor na altura (1987).



INSTITUTO NACIONAL DO AMBIENTE

O Dr. José de Almeida Fernandes, cessou as suas funções de Presidente do INAmb.

Ao Sr. Dr. Almeida Fernandes, a APRH através da sua Comissão Directiva, não pode deixar de manifestar publicamente todo o seu apreço pela forma atenta e espírito de grande colaboração com que sempre encarou o relacionamento com a Associação.

A APRH apresenta-se, ainda, votos sinceros do melhor êxito nas novas funções que lhe forem cometidas.

No momento em que o Dr. Almeida Fernandes cessa a sua actividade à frente do INAmb, os participantes do 3º Encontro sobre Educação Ambiental, realizado em Outubro de 1992, elegeram-no, por unanimidade, Presidente HONORÁRIO E VITALÍCIO DOS ENCONTROS DE INVESTIGAÇÃO AMBIENTAL

ATÉ AO ANO 2000 PORTUGAL VAI REDUZIR A POLUIÇÃO

As cargas poluentes industriais para os níveis estabelecidos e a resolução dos problemas de abastecimento de água são dois objectivos a cumprir até ao ano 2000.

NOTÍCIAS E FACTOS

O Prof. Carlos Borrego, ministro do Ambiente e Recursos Naturais, na sessão de abertura das III Jornadas da Indústria da Água, salientou que contava com três instrumentos fundamentais: pacto ambiental, empresariação do sector e reestruturação administrativa. "Com eles vamos conseguir dar corpo ao lema "prevenir, preservar e recuperar"', afirmou o ministro.

GESTÃO DA ÁGUA EM PORTUGAL

Do Presidente da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores, (J. Caldeira Rodrigues) recebeu a Comissão Directiva da APRH uma carta da qual assinalamos:

"... Consideramos, em especial, que deverá ser mantida a mais vigorosa defesa dos princípios basilares seguintes, cujo valor é claramente reforçado pelas nossas difíceis condições geohidrológicas:

- Não pode, em caso algum, ser adoptada, no estudo e em toda a implementação prática da política da água, em Portugal, unidade territorial diferente da bacia ou grupos de bacias hidrográficas, contíguas ou não.
- A interligação - fundamental - entre água e ambiente não pode dar origem à subalternização das especializações que devem intervir no estudo e em toda a implementação prática da política da água.

Não respeitar os princípios enunciados teria forte probabilidade de nos colocar em posição ímpar

em todo o mundo, implicando notoriedade totalmente indesejável.”

Igualmente, em carta dirigida ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, a APPC manifestou tais preocupações:

“Excelência,

1 - Esta Associação dirigiu a Sua Excelência o Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, em 23 de Julho último, o telefax nº 425192, acompanhado de documento em que formulou sugestão relativa a eventual cooperação de Consultores no estudo de questões relativas à gestão da água em Portugal.

... 3 - A Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos promoveu, em 1 de Dezembro último, uma “Jornada de Reflexão” sobre “O Novo Sistema Institucional da Gestão da Água em Portugal”. Tendo-se feito representar, a APPC exp ri-miu o seu apoio à iniciativa daquela Associação através da carta que lhe dirigiu em 23 seguinte e que, no seguimento da já referida sugestão de cooperação, pede licença para levar, transcrevendo-a, à alta consideração de Vossa Excelência:

“Realizada a recente Jornada de Reflexão sobre a Gestão da Água em Portugal, permite-nos esta Associação atribuir o maior interesse ao prosseguimento de acção empreendida pela APRH em tão importante matéria. A APPC tem, pelo seu lado, procurado agir no mesmo sentido, dando todo o valor à cooperação com a APRH.”

**CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO
AMBIENTE - ADA'S
CONFEDERADAS**

A CD da APRH, recebeu as conclusões do III Encontro das ADA's que passamos a transcrever:

“As Associações de Defesa do Ambiente, reunidas no seu III Encontro Nacional, em Stº André, Concelho de Santiago do Cacém, nos dias 5 e 6 de Dezembro de 1992:

1. - Reafirmam a importância da continuidade de acções que visem a melhoria do ambiente e da qualidade de vida em Portugal;
2. - Reconhecem a continuada importância da existência de uma estrutura supra-associativa que possa dinamizar e reforçar o movimento ambientalista;
3. - Decidem promover um amplo debate sobre a revisão da lei das Associações do Ambiente (10/87, de 4 de Abril), com o objectivo de adequar o normativo à realidade actual, no sentido de assegurar, entre outros aspectos, uma maior participação dos cidadãos nas questões ambientais;
4. - Reconhecem, face à actual realidade, a necessidade da existência de um regulamento de representação das ADA's em organismos públicos, tendo sido analisada e debatida uma proposta de trabalho, apresentada pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente em seu devido tempo;
5. - Consideram importante promover um amplo debate, a nível nacional, sobre as actuais condições de exercício da caça, com vista a encontrar o mais amplo consenso entre as associações, em ordem a uma melhor e maior intervenção nesta área;
6. - Afirmam a vital importância da existência de uma estratégia comum de enquadramento para as suas actividades e actuações, de modo a contribuir para o reforço do movimento associativo e, assim, caminhar para uma sociedade ambientalmente viável em Portugal, tendo, para o efeito, analisado um documento de trabalho que constituiu o ponto de partida para a elaboração dessa estratégia;
7. - Agradecem todo o apoio e patrocínio dispensados por diversas entidades, e em particular à Associação de Defesa do Ambiente de Stº

André - Grupo Lontra, pelo grande contributo, dado ao sucesso deste III Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente."

Santo André, 6 de Dezembro de 1992

PLANO HIDROLÓGICO ESPANHOL

Do Diário da Assembleia da República, de 3 de Fevereiro de 1993, II-Série-A-nº 18, transcrevemos o Projecto de deliberação nº54/VI - Realização de um debate parlamentar, com presença dos membros do Governo, sobre as consequências para Portugal do plano hidrológico espanhol.

PROJECTO DE DELIBERAÇÃO Nº 54/VI

REALIZAÇÃO DE UM DEBATE PARLAMENTAR, COM A PRESENÇA DE MEMBROS DO GOVERNO, SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PARA PORTUGAL DO PLANO HIDROLÓGICO ESPANHOL.

Atendendo a que a consecução do designado plano hidrológico espanhol implica a alteração dos caudais de importantes rios internacionais que correm em Portugal com inevitáveis consequências nos caudais dos troços nacionais desses mesmos rios;

Atendendo a que, segundo consta, as entidades portuguesas não foram consultadas;

Atendendo a que as alterações que inevitavelmente ocorrerão não deixarão de, positiva ou negativamente, afectar os recursos hídricos nacionais;

Atendendo a que neste contexto importa equacionar não apenas as consequências directas para Portugal das alterações provocadas em território espanhol mas também todo o problema da gestão dos recursos hídricos existentes num contexto de prolongada ausência de pluviosidade;

O Deputado abaixo assinado, do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, apresenta o seguinte projecto de deliberação:

A Assembleia da República delibera realizar um debate parlamentar, com a máxima brevidade possível, sobre a alteração dos caudais dos rios Minho, Douro, Tejo e Guadiana, prevista no plano hidrológico espanhol, e as respectivas consequências para o nosso país, contando para o efeito com a presença do Governo.

Assembleia da República, 28 de Janeiro de 1993.

O Deputado de Os Verdes, André Martins

ORÇAMENTO DO MARN

Do Diário da Assembleia da República de 15 de Dezembro de 1992, II série C - nº 10 - 5º Suplemento vamos iniciar a transcrição da intervenção do Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais para além das outras intervenções subsequentes, sobre o Orçamento do MARN.

"... O Sr. Presidente (Guido Rodrigues): - Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

eram 15 horas e 20 minutos.

Srs Deputados, quero chamar a vossa atenção para o facto de que, para além desta audição com o Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, que estava marcada para as 15 horas...

...Como é hábito, vou dar a palavra ao Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais para uma explanação inicial, posteriormente os Srs. Deputados colocarão as questões que entenderem e no fim o Sr. Ministro dará as suas respostas:

Tem, pois, a palavra, o Sr. Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais.

O Sr. Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais (Carlos Borrego): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje não vou, com certeza, repetir aquilo que já no outro dia tive oportunidade de dizer no Plenário acerca das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1993 no que respeita ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, particularmente na área do ambiente, dos recursos naturais e da defesa do consumidor. De qualquer maneira, vou-me permitir recordar duas ou três ideias fundamentais para as enquadrar precisamente em relação ao detalhe de alguns números do Orçamento que referirei ao longo da minha intervenção.

Daf que, perante aquilo que foi, de facto, o grande objectivo da política de ambiente do actual governo — integrar a componente ambiental no desenvolvimento global do País e, de algum modo, considerando também as condicionantes do enquadramento nacional e internacional —, vamos manter a linha que temos vindo a definir ao longo deste ano através das três palavras chave do lema de intervenção deste Ministério, que são exactamente o prevenir; preservar e recuperar. O prevenir, na linha de impedir a degradação; o preservar, para potenciar a boa qualidade ambiental que ainda temos em Portugal; o recuperar, porque infelizmente há que reparar situações degradadas.

E neste contexto, que pretendemos moderno e realista, por um lado, antecipativo e compatível com a situação do País, por outro, identificamos três vectores estratégicos que consideramos como complementares e que são determinantes do saldo qualitativo da política de ambiente do XII Governo.

Primeiro vector: institucionalizar a economia do ambiente, com o que pretendemos dizer, criar novos instrumentos económicos e financeiros que substituirão o conceito de política de ambiente financiada pelo contribuinte.

Segundo vector: integrar o ambiente nas políticas sectoriais, com o que pretendemos reforçar a articulação entre a política de ambiente e as políticas sectoriais, não ignorando, no entanto, a lógica sectorial de actuação na área do ambiente.

Terceiro vector: menos Estado, melhor Estado, em que pretendemos reservar para o Estado um papel essencialmente incentivador, regulador e arbitral, transferindo progressivamente para a sociedade civil tarefas para as quais se encontra mais vocacionada.

Dentro desta linha estabelecem-se prioridades e instrumentos de intervenção que, necessariamente, são aquelas três grandes áreas que já tenho vindo a definir e que na última intervenção em Plenário tive a oportunidade de detalhar. São elas as áreas de intervenção da política, a política da água, a política de valorização e conservação dos espaços naturais e a política de informação e educação ambiental.

Ao nível dos instrumentos merecem, para nós, prioridade absoluta três instrumentos fundamentais, que são, aliás, utilizados na linha destas prioridades políticas que referi e que concretizam, também, o lema do prevenir, preservar e recuperar. São eles o pacto ambiental, os instrumentos económico-financeiros e a empresarialização e modernização do Ministério. Ou seja, estamos a gerir o ambiente pensando no futuro. É esta a lógica que tem presidido à intervenção na área do ambiente e dos recursos naturais neste governo, e que, aliás, corresponde às justas expectativas dos Portugueses.

Não vou entrar em detalhes. Sabemos bem que cada uma das áreas que foram aqui referidas necessita de uma intervenção importante. Temos tido algumas dificuldades, como sabemos, na área ambiental, particularmente nos nossos cursos de água. Isto resulta da necessidade de melhorar a qualidade da água que fornecemos aos Portugueses e, inclusive, de garantir cada vez mais rios e praias limpos. Na última intervenção tive oportunidade de dizer que 25 % das águas do comprimento total dos rios portugueses estão classificadas de mediana a muito poluídas. 25 % das praias portuguesas apresentam águas de má qualidade. Apenas 75 % da população portuguesa está abrangida pela distribuição de água ao domicílio, enquanto na Comunidade, sabemos-lo, esta percentagem é de 95 %. 55 % dos portugueses são servidos por redes de esgotos quando essa percentagem é, em média, de 86 % nos países da CEE, o que mostra bem como é necessário intervir na área da política da água.

Fizeram-se grandes esforços nos últimos anos e, felizmente, a situação tem vindo a melhorar, pois conseguimos inverter a tendência de agravamento desta situação. Todavia, reconhecemos que ainda não foi atingido o nível desejado num sector de tão grande importância, principalmente, para a protecção da saúde e do bem-estar dos Portugueses. Queremos ir mais longe, é esse o objectivo desta política da água e impõe-se, por isso, a continuação e até mesmo o acréscimo de esforços.

Em relação à valorização e conservação dos espaços naturais, tive a oportunidade de referir que entendemos que as áreas protegidas têm um papel fundamental na preservação do nosso sistema biológico e até da nossa biodiversidade. Portugal é um dos países da Europa com maior biodiversidade, queremos mantê-la e guardá-la, mas também entendemos que as áreas protegidas não estão apenas e exclusivamente associadas à conservação das espécies. Elas são um instrumento de gestão e de ordenamento fundamental e podem ser associadas à gestão da água, como tive a oportunidade de exemplificar no Plenário quando me referi às origens da água que, na grande maioria das vezes, estão associadas a zonas protegidas.

No âmbito da política de informação e de educação ambiental, vamos continuar a apoiar as associações de defesa do ambiente e a incentivar a participação do público, principalmente nos processos de tomada de decisão. Para isso é sem dúvida alguma necessário avançar com várias acções — que já referi — e que, necessariamente também, vão alterar os padrões de comportamento do público, porque serão essencialmente de educação e de sensibilização dos cidadãos.

A outra vertente da política deste Ministério é a do consumidor. A grande aposta da nova estrutura do Ministério é precisamente a ligação mais estreita entre o consumidor e o ambiente tendo em conta que um consumidor avisado e conhecedor é um bom defensor do ambiente. Esta tem sido a lógica que preside precisamente a esta ligação entre o consumidor e o ambiente.

No que diz respeito à política de investimentos, gostava de dar algumas informações mais detalhadas. O Orçamento do Estado para 1993 é, no caso deste Ministério, de investimento e de reestruturação: de investimento, por-

que as despesas de capital continuam a crescer significativamente em termos reais; de reestruturação, porque assenta num esforço intenso de racionalização dos gastos de funcionamento e de luta contra o desperdício que — esperamos — conduza a uma forte contenção das despesas. Pretende-se consolidar o desenvolvimento económico, apostando, portanto, na qualidade de vida, razão pela qual vamos continuar o esforço de investimento em infra-estruturas.

A estrutura do Orçamento global — e com certeza que os Srs. Deputados tiveram a oportunidade de analisar os números — mostra-nos que a relação do orçamento de funcionamento do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais relativamente ao Orçamento do Estado é de 19 %, enquanto o investimento no ambiente, também relativamente ao Orçamento do Estado, representa 81 %.

Daqui pode concluir-se que o MARN é um Ministério de capital intensivo, em que os custos de funcionamento representam apenas 19 % e os investimentos ascendem a 81 % do Orçamento do Estado total, facto que explica o peso particularmente expressivo — 9 % — do investimento do ambiente na globalidade dos investimentos do Estado em comparação com o peso relativamente pequeno das despesas de funcionamento, que é apenas de 0,3 % do Orçamento do Estado. É, portanto, um Ministério que, com pequenos meios, que representam 0,3 % do total, consegue gerir um investimento vultoso da ordem dos 9 %.

É esta, aliás, a linha que está a ser seguida pela reestruturação da Administração Pública e que o Ministério já tem vindo a concretizar ao longo destes últimos meses, o que mostra, aliás, que o Orçamento para 1993 encaminha-se precisamente nessa direcção, ou seja, já estamos no caminho da modernização e da reestruturação actual da Administração Pública.

No que diz respeito ao crescimento de cada uma das componentes do orçamento, funcionamento e PIDDAC, o PIDDAC cresceu 10 % desde o ano passado à semelhança do que sucedeu com o PIDDAC do Estado enquanto o funcionamento diminuiu cerca de 1,2 %. Isto mostra que o carácter de capital intensivo a que há pouco fiz referência tem razão de ser e, de alguma maneira, dá-nos uma ideia sobre as aplicações de dinheiro e o modo como são feitas pelo Ministério.

Terei a oportunidade, se os Srs. Deputados estiverem interessados, de analisar mais em detalhe alguns destes números que referi. No entanto, gostava, desde já, de avançar com a análise global do orçamento de investimento para clarificar eventuais dúvidas que possam resultar de uma leitura apressada de alguns números.

O PIDDAC do orçamento do Ministério é de 17,3 milhões de contos; no entanto, o investimento na área do ambiente vai ser de 31,2 milhões de contos, porque devemos ter em consideração outras fontes de financiamento, a saber, as comunitárias, as nacionais e internacionais e as receitas próprias do Ministério. Portanto, num investimento

de 31,2 milhões de contos, 55 % são, de facto, relativos ao PIDDAC e 45 % dizem respeito a outras fontes que representam parte do financiamento recebido da Comunidade.

Apesar de um investimento significativo — 81 % do orçamento global do Ministério no âmbito do PIDDAC é para investimento —, entendemos, no entanto, que é necessário encontrar alternativas, que são fundamentais para que a convergência comunitária, que todos desejamos, tenha lugar, e para que consigamos atingir os níveis de atendimento da Comunidade. Contudo, essa convergência baseia-se igualmente na capacidade que tivermos para manter um crescimento controlado — que é o mais importante — sem que se verifiquem derrapagens nos grandes indicadores macroeconómicos.

O orçamento do Ministério está enquadrado na perspectiva global de desenvolvimento do Orçamento do Estado para 1993. Por essa razão, defendemos que o necessário crescimento do investimento no ambiente seja sobretudo feito com base no reforço dos financiamentos externos, conforme esperamos que aconteça não só em relação ao Fundo de Coesão, às contrapartidas do Quadro Comunitário de Apoio, bem como às receitas próprias geradas pelos utilizadores do ambiente. Assim, com certeza que conseguiremos um melhor usufruto dos recursos naturais e, simultaneamente, que sejam geradas receitas para, eu diria mesmo, as infelizmente necessárias acções de recuperação.

Para terminar, gostava de deixar duas ou três notas sobre a distribuição sectorial do orçamento face às prioridades que há pouco referi. Como disse, são três os domínios prioritários da política do Ministério: a política da água, em que o investimento total em curso é, até agora, de cerca de 152 milhões de contos, se bem que, para 1993, o orçamento da política da água seja de 23 milhões de contos; a protecção e valorização dos espaços naturais, na qual tivemos, até agora um investimento global em curso de 38 milhões de contos e em que o investimento para 1993 vai ser de 9 milhões de contos; quanto à informação, educação e sensibilização da população, o investimento em curso é da ordem dos 154 milhões de contos e, para 1993, vai ser da ordem dos 3 milhões de contos.

As três prioridades do Ministério representam globalmente 98 % do orçamento de investimento no Ministério, dos quais 75 % estão dedicados à primeira prioridade, a política da água, 16 %, à segunda, protecção e valorização dos espaços naturais, e 7 % à informação e educação dos cidadãos. O total dos investimentos, como referi, no PIDDAC, vai ser de 31,5 milhões de contos.

Este é o modo como pensamos ser correcto conseguir aproximar o orçamento das prioridades, que reflectem, aliás, as necessidades que o País tem face ao conhecimento real da situação existente e que, felizmente, nos últimos dois anos tem vindo a ser melhorada com um maior número de dados cada vez mais fiáveis que nos permitem, rapidamente, ajustar as intervenções em função da real necessidade do País. Srs. Deputados, estas são, pois, as nossas prioridades e, desde já, agradeço a atenção que me dispensaram.

(continua nos próximos números)



– **AMEGA** - Está para breve a constituição de mais uma Associação, Associação de Municípios e Gestão da Água, que pretende congrega os municípios abastecidos pela EPAL, S.A., órgão institucional que será constituído com os objectivos o aumentar o diálogo, a colaboração e a cooperação com as entidades ligadas à problemática da água. Os estatutos da AMEGA foram já aprovados pela grande maioria das Câmaras e Assembleias Municipais, vindo esta Associação a representar um papel semelhante ao do CRM - Conselho de Representação dos Municípios - órgão do estatuto da EPAL enquanto empresa pública. Na passagem da empresa a sociedade anónima, de capitais públicos, o CMR foi retirado dos estatutos, pelo que os municípios ficaram impossibilitados de dialogar em conjunto com a EPAL.

... O Dr. Rui Roda licenciado em Finanças, actual Director-Geral da DGRN, era vogal do Conselho de Administração da EPAL, antigo assessor dos Secretários de Estado do Tesouro (1979), das Finanças (1980 a 1985) e do Ambiente e Recursos Naturais (1985 a 1986) e membro do grupo de trabalho para a revisão do sistema institucional de gestão dos recursos hídricos nacionais (1985 a 1987). Participou igualmente em 1987, na Comissão de extinção das Direcções-Gerais de Saneamento Básico e dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, a primeira presidida na altura pelo Eng^o Miguel Cavaco, a quem o Dr. Rui Roda agora substituiu e a segunda pelo Eng^o Moura Antunes, igualmente Vogal do Conselho de Gerência da EPAL.

... O LNETI - Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, foi reestruturado (Dec-Lei 240/92 de 29 de Outubro de 1992 e Dec. Regulamentar 30/92 de 10 de Novembro) - passou a designar-se de Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial - INETI, - embora mantendo-se sujeito a todas as disposições legais que o vinham regendo.

– Foi criada em Lisboa, a 7 de Setembro de 1992, Dia Nacional do Brasil, a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo da Língua Portuguesa, sediada na Quinta dos Alfinetes - Chelas, num novo edifício da autoria de Óscar Niemeyer, arquitecto que projectou a cidade de Brasília.

Os objectivos da Fundação são: "...apoio à realização de iniciativas de carácter cultural, educativo, científico empresarial, a serem concretizadas em Portugal e no Brasil e, sempre que se coadunem com os seus interesses, com os países africanos de língua oficial portuguesa".

Para consecução destes fins, a Fundação, numa perspectiva de integração da Lusofonia poderá promover iniciativas e apoiar realizações que se coadunem com os seus objectivos, nas comunidades de língua portuguesa no estrangeiro, bem como na Galiza.

...- O encontro promovido pela UNESCO, que se realizou em Manaus em 1992, após a reunião da "Cimeira da Terra", reuniu 230 países sobre o tema "A cidade e a floresta". Na conferência propuseram-se seis grandes temas de investigação comparada - Gestão de recursos renováveis, meio ambiente urbano, saúde, reserva da biosfera, recursos minerais e hidrologia - e, ainda um reforço do potencial científico do Sul.

... O cientista americano Philip Fearnside do Instituto Brasileiro de pesquisa sobre a Amazónia, calcula que desde o início da exploração humana cerca de 400 000 Km² de floresta desapareceram ou ficaram degradados: É muito: é quase a superfície total de França! Mas, proporcionalmente, representa apenas 9,2% da mancha florestal mundial - uma questão de relatividade...

... Em entrevista, concedida à revista Hydroplus nº 20, de 1992, o Eng^o Frederico de Melo Franco, Presidente da EPAL, SA, afirmava que os investimentos previstos para 1992, a partir dos fundos estruturais, eram de 5,2 milhares de escudos (35 milhões de dólares), dos quais 85% destinados ao desenvolvimento e renovação do sistema de produção-adição-distribuição de água (190 milhões de m³), à região de Lisboa (tratando 225 milhões de m³) e 15% à modernização da empresa.

-... O presidente da EPAL, SA afirmou ainda que "... a gestão municipal, a única autorizada actualmente relativa ao sector público - 46/47, - não é a melhor forma de conseguir suportar o esforço financeiro necessário no sector da água e do saneamento em Portugal - cedo ou tarde a lei terá de mudar, tal como aconteceu com os sectores do gás e da electricidade".

- ... A Europa poderá tornar-se "une montagne de boue" (Tribune de l'Eau, oct. 1992), igual a 100 vezes o volume do "Mont Blanc", se as vias de evacuação não forem multiplicadas.

Em consequência da nova legislação sobre ambiente, o volume de lamas aumentará de 100% nos próximos oito anos. Actualmente os Estados-membros da CE produzem 30 milhares de m³ de águas residuais, das quais 70% são colectadas e 30% tratadas.

-... A directiva CE sobre "águas residuais urbanas" permitirá certamente melhorar o ambiente mas, à custa de um aumento espectacular do volume de evacuação de lamas, o que pressupõe igualmente a extensão dos sistemas colectores de águas residuais em zona urbana, a qual será extremamente dispendiosa. ... A situação europeia actual, do tratamento de águas residuais é uma produção de 6 milhões de toneladas de lamas secas: 30% das quais são reutilizadas na agricultura ou na exploração florestal, 50% são enterradas no solo, 14% são incineradas, 6% lançadas no mar (até 1998) e menos de 0,5% são submetidas a novas tecnologias, apropriadas à produção de "composto"; de materiais de construção, etc; ... É pois necessário encontrar as vias de evacuação capazes de gerir o dobro da quantidade de lamas hoje existente.

... - O presidente da "European Waste Water Group", M. BELLAK, afirmou que "Em numerosos Estados-membros, a indústria das águas residuais é fragmentada e a sua estrutura variável: ela faz parte ora do sector público, ora do sector privado. O EWWG pode fornecer pareceres de peritos, a partir dos seus membros implicados em diferentes sectores, e que proporão soluções adequadas e realistas à escala europeia".

-... O Conselho da Europa, deu o primeiro passo no sentido de minorar o “deslize” linguístico, o qual a continuar ao ritmo actual, levará a que metade das línguas faladas no mundo desapareçam até ao final do século XXI, paralelamente com a modernização do desenvolvimento sócio-económico e uma educação cada vez mais avançada e especializada. Assim o Conselho adoptou a Carta das Línguas Regionais e Minoritárias da Europa, que foi integrada no Tratado de Maastricht.

... O INIC foi integrado na JNICT e, nessa sequência as actividades realizadas no âmbito dos Núcleos INIC passam a realizar-se no âmbito das seguintes unidades funcionais, dependentes directamente da Direcção da JNICT:

- A - Relações Internacionais;
- B - Publicações (incluindo teses de doutoramento);
- C - Centros;
- m)** D - Bolsas (longa e curta duração);
- E - Centro de Documentação Científica e Técnica (CDCT).

Estas unidades funcionarão na Av. 5 de Outubro, Nº 85, 7º andar, 1000 LISBOA, com excepção do CDCT, que funcionará na Av. Prof. Gama Pinto, nº 2, 1600 LISBOA

Os membros da Direcção responsáveis pela coordenação destas unidades são os seguintes:

- Presidente da JNICT,
Prof. Mário Barbosa - Centros;
- Vice-Presidente da JNICT,
Prof. Ramôa Ribeiro - Relações Internacionais e Bolsas;
- Vice-Presidente da JNICT,
Doutor Augusto Novais - Publicações e CDCT.

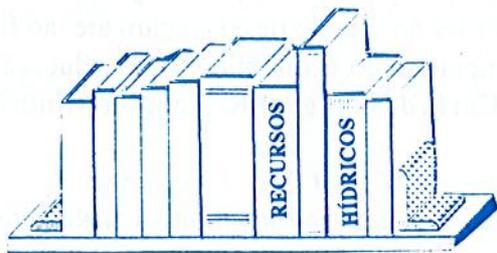
responsáveis pelas Unidades Funcionais são:

- lo** - **Profª Maria Manuela Campos**,
Relações Internacionais e Publicações;
- **Engª Gabriela Lopes da Silva**,
CDCT;
- **Dr. José Clarinha**,
Centros e Bolsas.

Contactos telefónicos das unidades:

- ABCD - Tel.: (01) 793 49 01;
 - E - Tel.: (01) 797 28 86,
- Telefax: 76 56 22

Progressivamente será feita uma coordenação de actividades com as que decorrem nas Direcções de Serviços e Núcleos não integrados na JNICT.



INVESTIGAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

Mais uma nova rubrica do "hosso" BOLETIM INFORMATIVO!

Com esta ideia de vos pedir, caros associados, que digam e que escrevam coisas.

... estamos metidos num grande sarilho.

Senão vejamos:

- Disseram-nos...
- Disse-nos...
- Diz-se...
- Têm-nos dito coisas giríssimas...
- Digam lá o que disserem, esta coisa de fazer um BI é extremamente interessante.

Para vos facilitar a forma de nos dizerem coisas, começamos por abrir diferentes rubricas, para que, em pelo menos uma delas, tenham a possibilidade de inscrever as vossas ideias, as vossas opiniões, os vossos pareceres e, até... os vossos trabalhos e, neste caso, trabalhos de investigação, teses de mestrado, teses de doutoramento, metodologias de pesquisa, etc., etc., de forma sucinta claro está, dado o cariz e finalidades do BI.

Assim, com tanta coisa importante para incluir neste Boletim, por pouco ia ficando sem este espaço, onde como redacção vou fazendo por vezes algumas reflexões, pelo menos, sempre que abrimos uma nova rubrica. Mas, desta vez, vou deixar-me de falsas modéstias. DIGAM COISAS... pedia eu... Insistindo, insistindo... Agora digam lá, caros leitores, o BI não está melhorando passo a passo?

Para nos permitir que de modo fácil nos continuem dizendo coisas sobre o que está feito, sobre o que se está fazendo ou, sobre o que devia ser feito, talvez num próximo número façamos um questionário orientador. Mas, ... não esperem e venham já até nós.

Esta rubrica pretende ser um veículo de comunicação - um elo - entre todos os que considerem ter coisas importantes a divulgar, sem inibições ou pretensões de obra acabada, mas de trabalho mais diferenciado que considerem útil para a gestão dos recursos hídricos, sem terem de obedecer a conceitos, disposições ou condições pré-estabelecidas. Julgamos que sendo a Natureza e o Ser Humano um conjunto homogéneo é condição *sine qua non* da nossa própria existência que façamos ALGO de útil para a sobrevivência deste Planeta Azul, donde todos nos inserimos e lutamos por uma melhor vivência.

Nas necessidades sociais, culturais, humanas, tecnológicas, materiais, ... a obra está sempre inacabada, pois o homem, nos seus anseios pretende e deseja chegar sempre mais alto e mais além, e ansioso do sublime, do infinito, ... nunca mais chega lá... Mas, mesmo ao pretender atingir esta

Continua na pag. 18